- anular a decisão da AIPN, de 23 de Novembro de 2004, que rejeita a reclamação, apresentada nos termos do artigo 90.º, n.º 2, do Estatuto, contra a decisão de rejeição da sua candidatura e contra a decisão de nomear outro candidato para o referido posto,
- atribuir ao recorrente uma indemnização pelo prejuízo moral sofrido, avaliado *ex æquo et bono* em 5.000 euros, a título de perdas e danos, sem prejuízo de um aumento ou de uma diminuição deste valor, fixados no decurso da instância,
- condenar o recorrido nas despesas.

Fundamentos e principais argumentos:

Como fundamento do seu recurso, o recorrente invoca a falta de fundamentação da decisão recorrida, em violação do artigo 25.º do Estatuto. Invoca igualmente a violação do aviso de vaga, dos artigos 29.º, n.º 1, e 45.º do Estatuto, dos princípios da igualdade de tratamento e da vocação para a carreira, bem como um erro manifesto de apreciação, pelo facto de a sua experiência profissional, as suas responsabilidades e as suas capacidades de gestão e de negociação serem do que as do candidato escolhido. Por último, o recorrente invoca abuso de poder.

Recurso interposto em 28 de Fevereiro de 2005 por Joerg Peter Block e outros contra Comissão das Comunidades Europeias

(Processo T-114/05)

(2005/C 115/59)

(Língua do processo: francês)

Deu entrada em 2, no Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias, um recurso um recurso contra a Comissão das Comunidades Europeias, interposto por Joerg Peter Block, com domicílio em Sterrebeek (Bélgica) e 12 outros, representados por Stéphane Rodrigues e Alice Jaumes, advogados, com domicílio escolhido no Luxemburgo.

O/A recorrente Os recorrentes concluem pedindo que o Tribunal se digne:

- anular as decisões da AIPN que indeferem as reclamações dos recorrentes, adoptadas juntamente com as decisões da AIPN, de 1 de Maio de 2004, que alteram o grau dos recorrentes, consoante os casos, para o grau A8 ou para o grau B8,

- anular as folhas de pagamento dos recorrentes que dão execução à decisão da AIPN de alterar os graus dos recorrentes, consoante os casos, para o grau A8 ou para o grau B8, a partir de 1 de Maio de 2004,
- indicar à AIPN os efeitos decorrentes da anulação das decisões recorridas, nomeadamente, a reclassificação dos recorrentes, consoante os casos, no grau A9 ou no grau B9, com efeito retroactivo desde 1 de Maio de 2004,
- a título subsidiário, ordenar à Comissão que reconheça os recorrentes como sendo susceptíveis de ser promovidos, consoante os casos, ao grau A10 ou ao grau B10, na sua próxima promoção,
- condenar a Comissão a reparar o prejuízo sofrido pelos recorrentes pelo facto de não terem sido classificados, consoante os casos, no grau A9 ou no grau B9 a partir de 1 de Maio de 2004,
- condenar a recorrida nas despesas.

Fundamentos e principais argumentos:

Os recorrentes são todos funcionários da Comissão, nomeados nos graus A7 e B2 antes da entrada em vigor, em 1 de Maio de 2004, da reforma do Estatuto. Contestam a sua classificação, respectivamente, nos graus A8 e B8, em aplicação do artigo 2.º do anexo XIII do Estatuto.

Como fundamento do seu recurso, alegam que a aplicação, no que lhes diz respeito, desta última disposição é ilegal, violando o artigo 6.º do Estatuto, os princípios da equivalência entre a antiguidade e a nova estrutura de carreiras e da igualdade de tratamento, bem como o princípio da confiança legítima e os direitos adquiridos dos recorrentes. Invocam igualmente abuso de poder.

Recurso interposto em 28 de Fevereiro de 2005 por José Jiménez Martínez contra Comissão das Comunidades Europeias

(Processo T-115/05)

(2005/C 115/60)

(Língua do processo: francês)

Deu entrada em 28 de Fevereiro de 2005 no Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias um recurso contra a Comissão das Comunidades Europeias, interposto por José Jiménez Martínez, com domicílio em Bruxelas, representado pelo advogado Eric Boigelot.